



PONTO A PONTO

• COMÉRCIO

O governo deve deixar de arrecadar cerca de R\$ 5 bilhões em 2027 com o fim da chamada "taxa das blusinhas". Em 2025, foram arrecadados R\$ 4,7 bilhões com a cobrança de 20%, enquanto, de janeiro a abril de 2026, a arrecadação chegou a R\$ 1,8 bilhão. A isenção foi confirmada pelo Congresso em 3 de setembro de 2026 e permite ao Executivo zerar o imposto de importação para compras de até US\$ 50 e reduzi-lo para até 30% em compras de até US\$ 3.000, segundo dados do Instituto de Desenvolvimento do Varejo.

• ECONOMIA

O Brasil ficou em 5º lugar no ranking global de crescimento do PIB no 2º trimestre de 2026, com alta de 0,5% ante o trimestre anterior, acima da mediana mundial de 0,2%. O resultado colocou o país à frente de economias como Estados Unidos (0,4%, 9º) e China (0,2%, 19º), enquanto Irlanda liderou, com 1,0%, seguida por Indonésia (0,9%), Angola (0,7%) e Malásia (0,6%). Segundo a Austin Rating, o desempenho brasileiro foi influenciado pela expansão da demanda do setor público, de 0,4%, enquanto o consumo das famílias recuou 0,4%; na comparação anual, o PIB cresceu 2,0%, segundo dados do IBGE.

• GOVERNABILIDADE

A avaliação do governo Lula permanece negativa, com 51% dos eleitores desaprovando a administração e 42% aprovando, enquanto 50% desaprovam o desempenho pessoal do presidente e 42% aprovam; na avaliação do trabalho, 48% classificam como ruim ou péssimo, 34% como ótimo ou bom e 15% como regular. Em relação à pesquisa anterior, os índices de aprovação e desaprovação pessoal permaneceram estáveis, segundo pesquisa PoderData/Aya.

• ORÇAMENTO

O governo central projeta superávit primário de R\$ 83,4 bilhões em 2027, acima da meta de R\$ 73,2 bilhões, mas o resultado considera R\$ 64,7 bilhões em deduções autorizadas por normas específicas. Sem essas exceções, o superávit seria de apenas R\$ 18,6 bilhões (0,13% do PIB), ficando R\$ 54,6 bilhões abaixo da meta. No PLOA, o limite para despesas primárias sujeitas ao arcabouço fiscal é de R\$ 2,576 trilhões, alta de 7,7% sobre 2026; desse aumento de R\$ 183,8 bilhões, R\$ 145,1 bilhões serão consumidos por despesas obrigatórias, restando R\$ 38,7 bilhões para despesas discricionárias, segundo dados da PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2027.

Mendonça retira sigilo de relatório da PF que aponta Moraes



Os ministros do STF André Mendonça e Alexandre de Moraes (Foto: Gustavo Moreno/STF)

Um relatório da Polícia Federal sugerindo conversas comprometedoras entre Alexandre de Moraes e o banqueiro Daniel Vorcaro, ex-controlador do Banco Master, teve o sigilo retirado na terça-feira (1º) por decisão de André Mendonça. O documento, produzido a pedido do próprio Mendonça, aponta Moraes como provável interlocutor de Vorcaro em mensagens encontradas no celular do banqueiro, nas quais os dois teriam conversado antecipadamente sobre uma operação policial que poderia afetar o empresário. Segundo a apuração, Vorcaro também teria pedido a Moraes que interferisse a seu favor junto ao diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, e ao procurador-geral da República, Paulo Gonet.

O relatório vai além. Investigadores identificaram indícios de que Moraes fez ajustes na minuta de um contrato de R\$ 131 milhões firmado entre o Banco Master e o escritório de advocacia Barci de Moraes, comandado por Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro. Com base nesse material, Mendonça pediu que o envolvimento de Moraes seja analisado pelo plenário do STF, movimento que pode tornar o colega formalmente investigado, situação sem precedentes na história da Corte.

A reação da Procuradoria-Geral da República veio rápido. Paulo Gonet pediu a nulidade da investigação conduzida pela PF e criticou publicamente os procedimentos adotados por Mendonça para produzir e depois destravar o sigilo do relatório, questionando tanto a forma como as provas foram obtidas quanto a decisão de dar publicidade ao material antes de qualquer manifestação da própria Corte.



TENDÊNCIA: A decisão de Mendonça de levar a público um relatório que mira diretamente um colega de plenário rompe um tabu histórico do STF, que sempre tratou episódios desse tipo internamente, longe dos holofotes. Independentemente de como a crise se resolver, o precedente já está criado, e a Corte entra em território inédito, com um ministro publicamente incriminado por relatório de outro ministro, num momento em que a própria legitimidade do STF já era questionada por parte da opinião pública.

Ministros trocam pedidos de afastamento



Alexandre de Moraes, ministro do STF (Foto: Felipe Sampaio/SCO/STF)

Depois de Mendonça levar a público o relatório que mira Moraes no caso Vorcaro, o próprio Moraes partiu para a ofensiva. Em despacho, pediu formalmente a inclusão de Mendonça no Inquérito das Fake News, acusando o colega de "usurpação da direção das investigações das autoridades policiais", condução irregular de tratativas de possível colaboração premiada e direcionamento pessoal e político de alvos de investigação, citando nominalmente a si mesmo e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Entre as acusações, Moraes afirma que Mendonça ordenou diligência policial para produzir de forma ilegal provas contra ele.

Para sustentar o pedido, Moraes recorreu à Lei Orgânica da Magistratura, citando o artigo que determina que, havendo indício de crime por parte de um magistrado, a autoridade policial deve remeter o caso ao tribunal competente para julgamento, argumento que ele usa para justificar levar o próprio Mendonça a responder formalmente pelo episódio. O presidente, Edson Fachin, negou a inclusão de Mendonça no inquérito das Fake News e avocou para si a denúncia. O presidente deve, na semana que vem, decidir se levará o tema ao Plenário.

Mendonça também agiu e solicitou o afastamento de Moraes do STF, logo depois de vir à tona a decisão de Moraes sobre colocá-lo no inquérito. O caso também está com Fachin.



TENDÊNCIA: Dois ministros do mesmo tribunal pedindo formalmente o afastamento e a investigação um do outro, na mesma semana, não tem precedente na história recente do STF, e a forma como a Corte vai lidar com esse impasse institucional tende a definir o tom da crise pelas próximas semanas. Com Fachin ainda avaliando como conduzir o caso, a disputa já extrapolou o campo jurídico e se tornou o principal fator de instabilidade política do país às vésperas das eleições.

Fachin dá cinco dias para partes se explicarem



Edson Fachin, presidente do STF (Foto: Wilton Junior/Estadão)

O presidente do STF, Edson Fachin, formalizou um pedido de esclarecimentos a Alexandre de Moraes, André Mendonça, ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, e ao diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues. Em despacho, deu prazo de cinco dias para que todos se manifestem sobre os fatos que abriram a crise, a partir do relatório da PF que apontou possíveis irregularidades na relação entre Moraes e Daniel Vorcaro. Fachin também sinalizou que essas explicações vão embasar a decisão do plenário sobre o pedido da própria PGR para anular o relatório produzido a mando de Mendonça.

Ao envolver diretamente Gonet e Andrei Rodrigues no despacho, Fachin ampliou o escopo da apuração para além do confronto entre os dois ministros, trazendo também a PGR, que já havia questionado os procedimentos da PF, e a cúpula da própria corporação policial, hoje no centro de outro racha que envolve o comando da PF e Mendonça desde as investigações sobre fraudes no INSS.

O prazo de cinco dias dado por Fachin é a sua tentativa de conter a crise dentro de um rito formal antes que ela escale ainda mais publicamente, mas o simples fato de reunir num único despacho dois ministros do STF, o chefe do Ministério Público e o diretor-geral da Polícia Federal mostra a dimensão da crise que o episódio já alcançou. O desfecho dessa rodada de esclarecimentos deve determinar se a Corte consegue conter o problema internamente ou se a crise segue escalando rumo a um julgamento aberto no plenário.

Congresso aprova fim da taxa das blusinhas



Senadora Leila Barros (PDT-DF) (Foto: Saulo Cruz/Agência Senado)

A Câmara aprovou nesta quinta-feira (3), em votação simbólica, o texto que confirma a MP 1357/2026, que zera o Imposto de Importação sobre compras internacionais de até US\$ 50. Horas depois, no mesmo dia, o Senado também aprovou o texto em votação simbólica, encerrando a tramitação no Congresso bem antes do prazo de validade da MP, que venceria em 8 de setembro. A votação seguiu a forma do projeto de lei de conversão elaborado pela relatora na comissão mista, senadora Leila Barros (PDT-DF), sem alterações de mérito em relação ao texto negociado nos últimos dias.

Com a aprovação nas duas Casas, o texto segue agora para sanção presidencial, e a isenção deixa de depender da MP para se tornar definitiva, encerrando o risco de a cobrança de 20% voltar a valer automaticamente por caducidade. Além de zerar a alíquota para remessas de até US\$ 50, a medida também reduziu de 60% para 30% a alíquota sobre compras entre US\$ 50 e US\$ 3 mil, faixa que inclui boa parte das compras feitas em plataformas como Shein, Shopee e AliExpress, e criou regras para combater fraudes, fracionamento de remessas para escapar da tributação e venda de produtos ilegais por essas plataformas.

Aprovar o texto nas duas Casas no mesmo dia, com boa folga em relação ao prazo de vencimento, mostra que a articulação de Lula, Motta e Alcolumbre funcionou como planejado, sem o sobressalto de calendário que ameaçava a tramitação semanas atrás. Para o governo, a medida vira uma entrega concreta e de apelo popular direto às vésperas da eleição, embora o efeito sobre a indústria nacional, apontado por estudos da CNI, siga sendo o lado da conta que não entrou no discurso de vitória em torno da aprovação.

CCJ aprova fim da escala 6x1



Lula e Davi Alcolumbre, presidente do Senado (Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo)

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou nesta quarta-feira (2) a PEC 221/2019, que acaba com a escala 6x1, com apenas quatro votos contrários. O texto mantém a proposta que já havia passado pela Câmara, prevendo dois dias de descanso semanal remunerado e redução escalonada da jornada máxima de 44 para 40 horas semanais, sem corte de salário.

Apesar da vitória na comissão, o texto não chegou ao plenário do Senado. Sem segurança sobre ter os votos necessários para aprovar uma PEC, que exige quórum qualificado de três quintos em dois turnos, a base do governo optou por não arriscar uma votação açodada, mesmo com líderes governistas pressionando para levar a matéria ao plenário ainda na mesma quarta-feira. Com isso, a expectativa é que a proposta só volte a ser pautada depois do primeiro turno das eleições, em outubro.



TENDÊNCIA: Adiar a votação para depois de outubro tem custo, já que reduz o valor eleitoral imediato de uma bandeira que o governo vinha tentando transformar em entrega de campanha. A depender de como o senado se reconfigurar após eleições, a pauta pode acabar sem análise.

Senado aprova política de minerais críticos



Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (Foto: Roque de Sá/Agência Senado)

O Senado aprovou nesta quarta-feira (2) a criação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, relatada por Eduardo Braga. O texto, de autoria do deputado Zé Silva, passou sem mudanças de mérito, apenas ajustes de redação, o que dispensa nova votação na Câmara e permite seguir direto para sanção presidencial.

A proposta prevê cerca de R\$ 7 bilhões em incentivos para estimular produção, beneficiamento e transformação de minerais críticos dentro do país, dos quais R\$ 2 bilhões vão para um novo Fundo Garantidor da Atividade Mineral e R\$ 5 bilhões para investimento direto em beneficiamento e transformação em território nacional. O texto também cria o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos, órgão com poder para aprovar ou barrar mudanças de controle societário de empresas do setor, cessão de ativos da União, concessão de títulos minerários e análise de influência estrangeira sobre operações consideradas estratégicas.

A aprovação chega em meio à disputa internacional por terras raras, com Estados Unidos e China competindo abertamente por acesso a esses insumos, o que dá ao Brasil uma janela de oportunidade geopolítica caso consiga transformar a nova política em capacidade real de processamento interno. O poder de veto dado ao novo conselho sobre operações societárias e ativos estratégicos, porém, também abre espaço para questionamentos futuros sobre insegurança jurídica, especialmente de investidores estrangeiros que já atuam ou pretendem entrar no setor.

Oposição reforça convocação para 07/09



Ato no dia 07 de setembro de 2025 (Foto: Edilson Dantas/Agência O Globo)

Atos contra Moraes e a favor de anistia aos presos do 8 de janeiro já estavam marcados para este domingo (7) em dezenas de cidades do país, sob o lema "Reaja, Brasil", mas a crise aberta entre Moraes e Mendonça deu novo fôlego à mobilização. Flávio Bolsonaro convocou pessoalmente o ato na Avenida Paulista, com concentração marcada para as 15h, e deve comparecer ao lado do governador Tarcísio de Freitas e da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Tarcísio e o prefeito Ricardo Nunes ainda mobilizaram cerca de 300 prefeitos para reforçar a presença na capital paulista.

As pautas centrais seguem sendo a anistia aos condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023 e o impeachment de Alexandre de Moraes, mas a repercussão das mensagens entre Vitorino e o próprio Moraes, reveladas na mesma semana, deu à campanha de Flávio um argumento novo e concreto para tentar ampliar o público do ato, transformando uma pauta até então mais ligada ao bolsonarismo tradicional em algo que a campanha tenta vender como crise institucional mais ampla.

A coincidência entre a crise no STF e a data simbólica do 7 de Setembro tende a inflar o tamanho e a repercussão dos atos deste ano, dando à oposição um enredo mais fácil de vender ao público do que a repetição das pautas de anistia isoladamente. Para Flávio, capitalizar esse momento tão perto do primeiro turno pode ajudar a consolidar apoio na base bolsonarista mais dura, mas também corre o risco de associar sua candidatura a um episódio institucional cujo desfecho ainda é imprevisível.



TENDÊNCIA: Crise de Alexandre de Moraes deve levar um número significativo de pessoas às ruas.

Rodrigo Pacheco troca o Senado pelo TCU



Rodrigo Pacheco, ministro do TCU (Foto: Ton Molina/Poder360)

O Senado aprovou por 63 votos a 4, em votação secreta, a indicação de Rodrigo Pacheco (PSB-MG) para o Tribunal de Contas da União, preenchendo a vaga aberta com a renúncia do ministro Bruno Dantas em 31 de agosto. Dois dias depois, a Câmara confirmou a indicação por 404 votos a 61, com uma abstenção, e o texto segue agora para promulgação pelo Congresso.

A movimentação resolve, ao mesmo tempo, dois problemas políticos. Para Pacheco, que já havia anunciado que encerraria a carreira eletiva ao fim do mandato de senador, em janeiro de 2027, o TCU oferece um posto vitalício e prestigiado sem precisar disputar reeleição num ano em que enfrentaria corrida incerta em Minas Gerais. Para Davi Alcolumbre, que articulou a indicação, colocar um aliado de peso e ex-presidente do Congresso num tribunal com poder de fiscalizar diretamente o uso do dinheiro público fortalece a influência do Senado sobre um órgão historicamente disputado por diferentes grupos políticos.

Com a saída de Pacheco, a cadeira de Minas Gerais no Senado passa a Renzo Braz, primeiro suplente do ex-presidente e ex-deputado federal pelo PP, que assume o mandato pelo restante da legislatura.

A movimentação consolida um padrão recorrente em Brasília, o de políticos experientes migrando para tribunais e órgãos de controle assim que veem o desgaste eleitoral pesar mais do que o benefício de seguir disputando cargos, principalmente quando o novo posto garante estabilidade e influência sem o risco direto das urnas.

Augusto Cury salta nas pesquisas



O candidato à Presidência da República, Augusto Cury (AVANTE) (Foto: Reprodução)

O escritor e psiquiatra Augusto Cury, candidato do Avante, passou de 2% para até 11% das intenções de voto em apenas uma semana, movimento captado por múltiplos institutos ao mesmo tempo. A Real Time Big Data mostrou salto de 1% para 11%, a Nexus registrou avanço de 2% para 11% e até a AtlasIntel, historicamente mais conservadora com candidaturas de menor densidade partidária, mediu alta de 1,6% para 7,8%. Em algumas dessas pesquisas, Cury já aparece em terceiro lugar isolado, atrás de Lula, com 37%, e Flávio Bolsonaro, com 30%, mas à frente de nomes com estrutura partidária consolidada, como Zema e Caiado.

A explicação mais imediata para o fenômeno está no desempenho do candidato no debate da Band, no último domingo, e sua forte atuação nas redes. A campanha de Cury atribui o crescimento ao aumento de exposição do candidato, que somou mais de 10 milhões de seguidores em menos de duas semanas, ritmo de crescimento digital muito acima do observado em qualquer outra candidatura presidencial deste ciclo. Esse tipo de ascensão típica das redes, descolada da estrutura tradicional de partido e coligação, já havia aparecido antes em outras eleições brasileiras, mas raramente na velocidade e magnitude que o caso Cury está registrando.



TENDÊNCIA: O crescimento repentino tende a atrair mais escrutínio nas próximas semanas, tanto sobre a origem do engajamento nas redes quanto sobre a capacidade real de Cury de sustentar esse patamar quando submetido ao debate direto com os candidatos mais consolidados. Porém, não há espaço real até aqui para que ele ultrapasse Lula (PT) ou Flávio (PL) para ir ao segundo turno.

Governo corre para diminuir a fila do INSS

O governo Lula anunciou, em 3 de setembro, que "zerou" a fila do INSS, mas mudou o critério para chegar a esse resultado. Em vez de eliminar todos os pedidos parados há mais de 45 dias, o governo passou a considerar zerada a fila sempre que o estoque de pedidos em análise fica menor que os novos requerimentos do mês. Pelo critério antigo, ainda há 235 mil pedidos atrasados. A guinada ocorre a poucas semanas das eleições presidenciais e coroa de maneira questionável uma corrida acelerada por conceder benefícios, que fez o atraso recuar 87% desde o pico de 3,1 milhões em janeiro.

O motivo da pressa é político, mas o efeito é fiscal. Para derrubar a fila represada no início do ano, o governo trocou o comando do INSS em abril e passou a liberar benefícios num ritmo muito acima do histórico. Isso elevou o número de beneficiários e turbinou a despesa previdenciária. Em maio, a Junta de Execução Orçamentária, formada por ministros da área econômica, já havia recalculado o gasto do ano de R\$ 1,066 trilhão para R\$ 1,077 trilhão, alta de R\$ 11,5 bilhões. O relatório bimestral mais recente, de 24 de julho, elevou essa projeção ainda mais, para R\$ 1,133 trilhão.

Ao aumento pela fila somam-se novas regras do STF para o salário-maternidade, com custo extra estimado em R\$ 5 bilhões, e o crescimento vegetativo normal do benefício. No total, a despesa com a Previdência deve fechar o ano de 2026 bem acima do valor gasto em 2025, fazendo com que, no curto prazo, o gasto extra pressione o teto de gastos e o resultado primário. O governo mantém um mecanismo de faseamento, que parcela despesas ao longo do ano para absorver o rombo sem cortar ministérios de imediato, mas esse espaço fiscal é limitado.

O ponto que a cobertura sobre o INSS deixou de lado é o encadeamento entre gasto previdenciário e trajetória da dívida. O FMI projeta que a dívida bruta do governo geral chegue a 97,8% do PIB em 2026 e avance para 100% em 2027, com a Previdência entre os principais motores estruturais da despesa pública no médio prazo. Mesmo com a Selic em trajetória de queda, o estoque da dívida ainda carrega o custo de anos de juros elevados, deixando pouca margem de manobra fiscal a cada bimestre.

Fica a ressalva de que acelerar concessões no fim de um mandato é uma escolha política legítima, mas troca fila visível por despesa permanente. Diferente de um gasto pontual, um benefício previdenciário concedido hoje vira compromisso do Estado por décadas. A mudança de critério do INSS resolve o problema de imagem, mas não elimina o estoque real de pedidos atrasados nem a pressão orçamentária que a aceleração deixou como herança para 2027, ano em que a dívida, segundo o FMI, deve cruzar a marca dos 100% do PIB.

Toffoli suspende e depois libera campanha digital de Renan Santos



O candidato à Presidência da República, Renan Santos (MISSÃO)
(Foto: Globo/Manoella Mello)

O ministro Dias Toffoli, do TSE, suspendeu no fim de semana a campanha digital de Renan Santos, do Missão, depois de constatar que o candidato só comunicou à Justiça Eleitoral 16 perfis em redes sociais em 19 de agosto, doze dias depois do pedido de registro de candidatura apresentado pelo partido, quando o prazo legal para essa comunicação é de 24 horas a partir da criação de qualquer novo canal. A medida bloqueou propaganda eleitoral nas redes, repasses e despesas com recursos do Fundo Eleitoral e a participação de Renan em debates de rádio, TV e podcasts.

Dois dias depois, em 1º de setembro, Toffoli liberou de volta a campanha de Renan Santos, mas apenas para os endereços eletrônicos, redes sociais, blogs e aplicativos de mensagens que já constavam devidamente registrados no sistema DivulgaCandContas, mantendo a restrição sobre qualquer canal ainda pendente de regularização. Poucos dias depois, o ministro aplicou a mesma penalidade a Wilson Grassi, do Democrata, por conduta semelhante, usando a mesma fundamentação sobre falta de comunicação tempestiva dos perfis digitais usados na campanha.

A regra existe para permitir que o TSE e as próprias plataformas façam a fiscalização da propaganda eleitoral e ajustem sistemas de recomendação de conteúdo de acordo com o que está sendo veiculado por cada candidatura. Nos dois casos, a suspensão atingiu simultaneamente visibilidade digital e capacidade de financiamento das candidaturas, ainda que a de Renan Santos já tenha sido parcialmente revertida.



TENDÊNCIA: O caso deve fortalecer a campanha de Renan Santos, que foi, na prática, censurado, ainda que por um período curto de tempo.

Análise

O Falso Vício: Por que a tese de nulidade da PGR no 'Caso Vorcaro' colide com a legalidade forense e a jurisprudência do STF

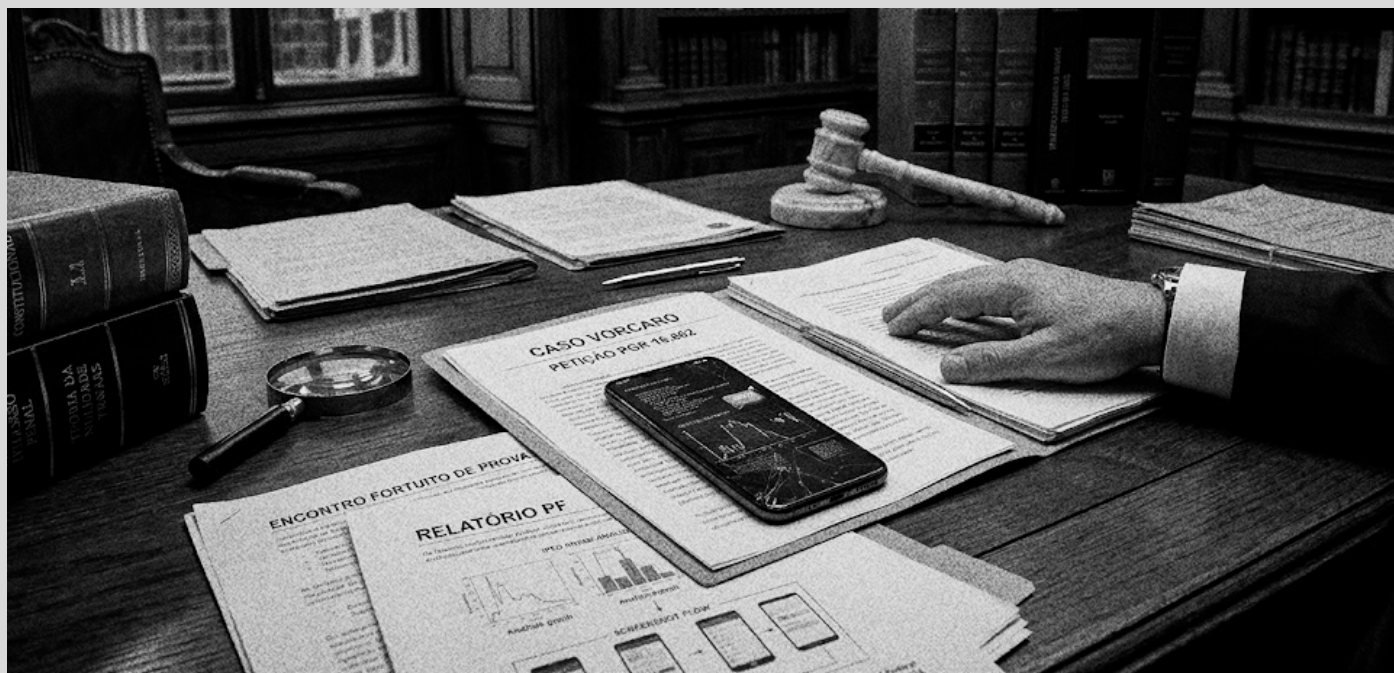


Foto: IA/Gemini

A recente ofensiva da Procuradoria-Geral da República (PGR), materializada na Petição nº 16.662, tenta anular as provas obtidas a partir da extração do celular do investigado Daniel Vorcaro que mencionam o Ministro do STF Alexandre de Moraes.

A alegação central do órgão acusador é a de que a ordem do Ministro Relator André Mendonça e a atuação da Polícia Federal (PF) usurparam a competência do Plenário do Supremo e caracterizaram uma investigação inquisitorial e ilegal contra um magistrado.

No entanto, uma análise técnica profunda do relatório da PF e da consolidada jurisprudência do próprio Supremo Tribunal Federal (STF) revela que os argumentos ministeriais não se sustentam na dogmática processual contemporânea.

O Encontro Fortuito de Provas e a Teoria do Juízo Aparente

A tentativa da PGR de invalidar os achados processuais ignora, primeiramente, a plena legalidade do instituto do encontro fortuito de provas, também conhecido como serendipidade. O STF e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) possuem jurisprudência farta e pacífica de que, se uma interceptação, quebra de sigilo ou busca e apreensão original foi realizada nos estritos

limites da lei (neste caso, contra o alvo Daniel Vorcaro), a descoberta casual de indícios de outros crimes ou do envolvimento de autoridades com prerrogativa de foro não torna a prova ilícita. Pelo contrário, às provas assim obtidas são consideradas consequências do respeito à ordem jurídica e consistem em fontes legítimas para a apuração.

Aplica-se ao cenário a Teoria do Juízo Aparente, há muito chancelada pelo Plenário da Suprema Corte (como no precedente do HC 81.260). Essa teoria assegura que, se no momento em que a medida investigativa foi decretada a autoridade judicial era aparentemente competente (pois o foco era Vorcaro, e não um Ministro), o superveniente achado casual que deslocaria a competência não tem o condão de anular retroativamente os elementos probatórios já colhidos.

A "Vacina" da Polícia Federal e o Respeito à LOMAN

A tese de nulidade da PGR apoia-se na falsa premissa de que a Polícia Federal realizou um "aprofundamento investigativo" contra o Ministro Alexandre de Moraes, o que violaria o art. 33, parágrafo único, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN), que exige a remessa ao tribunal competente quando

houver indícios contra juízes.

Contudo, o próprio relatório da Polícia Federal atua como um escudo técnico irrefutável contra essa argumentação. Os peritos e analistas responsáveis registraram, de forma textual e categórica, que atuaram em estrita observância à LOMAN e à Lei Orgânica do Ministério Público, assegurando que "não foram realizados quaisquer atos de aprofundamento investigativo direcionados a magistrados ou membros do Ministério Público". A autoridade policial atestou que seu trabalho consistia na mera "identificação e exposição objetiva dos elementos já existentes no material regularmente arrecadado". Sistematizar dados lícitos de um celular apreendido não equivale a investigar a autoridade mencionada neles.

A Metodologia Forense Explica o Volume do Relatório

O argumento mais retórico e, ao mesmo tempo, mais frágil da PGR é o questionamento sobre o volume da análise: das 218 páginas produzidas pela polícia, cerca de 188 foram dedicadas à figura do Ministro. Para o Ministério Público, isso evidenciaria uma "caçada" direcionada.

A realidade exposta nos autos, porém, é estritamente cibernética. O detalhamento extenso foi uma exigência pericial forçada pela sofisticada técnica de ocultação de mensagens usada pelo próprio Daniel Vercaro, e não um foco abusivo no destinatário. A PF utilizou o software forense Indexador e Processador de Evidências Digitais (IPED) para decifrar a dinâmica: Vercaro digitava suas mensagens no aplicativo "Notas", tirava uma captura de tela (screenshot) e enviava a imagem como visualização única pelo WhatsApp, fechando os aplicativos imediatamente.

O grande volume de páginas do relatório existe única e exclusivamente porque a Polícia Federal precisou aplicar uma análise cronológica estrita, cruzando os metadados de criação de arquivos temporários em PDF (gerados automaticamente pelo sistema do iPhone no momento do screenshot) com os logs de

conexão do WhatsApp, provando, segundo a segunda, que o destinatário final das imagens era o contato salvo como "Alexandre de Moraes BRASILIA". Tratou-se de uma auditoria técnica complexa no celular de um civil, não de um devassa na vida da autoridade.

O Filtro de Consistência Mínima como Dever do Relator

A ordem exarada pelo Ministro André Mendonça foi clara: exigia a individualização dos interlocutores, a preservação do sigilo e a estrita observância à compartimentação própria da inteligência. A PGR acusa essa filtragem de usurpação. No entanto, a doutrina e a jurisprudência demonstram que é dever do juiz garantir uma consistência mínima antes de remeter os autos de um encontro fortuito ao órgão colegiado superior. Meras menções fluidas a autoridades não são suficientes para provocar a jurisdição do Plenário do STF de forma irresponsável.

Ao ordenar que a PF identificasse os "Andrei", "Paulo" e "Alexandre" mencionados nas mensagens de visualização única de Vercaro correspondiam de fato às autoridades, o Relator cumpriu o papel de filtrar e dar justa causa aos indícios achados casualmente.

Em suma, as alegações da Procuradoria-Geral da República esbarram na barreira da técnica pericial e no próprio entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema probatório. O encontro fortuito não anula a prova de origem lícita, e o processamento de dados para correlacionar a rotina de encobrimento cibernético de um investigado não representa, sob nenhuma ótica jurídica razoável, investigação ilegal de autoridade.



João Vitor Gomes Corrêa

Em destaque no Ranking



• RANKING DOS POLÍTICOS ASSINA PARCERIA COM INSTITUTO UNIDOS BRASIL

O Ranking dos Políticos formalizou nesta semana uma parceria institucional com o Instituto Unidos Brasil (IUB), entidade sem fins lucrativos e sem vínculo político-partidário voltada à defesa da economia brasileira, à geração de emprego e à valorização de quem empreende. Com sede em Brasília, o IUB já dividia palco com o Ranking em iniciativas como a série "O Brasil em Debate com os Presidenciais", realizada em conjunto com a Frente Parlamentar Mista do Ambiente de Negócios (FPN) e a Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Com o acordo, as duas organizações passam a compartilhar uma agenda voltada à eficiência do Estado e à melhoria do ambiente de negócios no Brasil, unindo o monitoramento do trabalho parlamentar feito pelo Ranking desde 2011 à atuação do IUB junto ao setor produtivo.

PARLAMENTAR DA SEMANA



Deputada Bia Kicis (PL-DF)

Bia Kicis nasceu em 19 de setembro de 1961 em Resende (RJ). É advogada e procuradora aposentada do DF. Em 2015, fundou o Instituto Resgata Brasil e ingressou no ativismo conservador. Elegeram-se deputada federal em 2018 e foi reeleita em 2022 como a mais votada da bancada do DF. Na Câmara, presidiu a CCJC e a Comissão de Fiscalização Financeira, é autora do Escola sem Partido e da PEC do Voto Impresso, e hoje é líder da minoria e presidente da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado.

Bia Kicis recebeu o **Prêmio Excelência Parlamentar** em todos os anos de seu mandato pelo **Ranking dos Políticos**.



Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente.

Nosso levantamento leva em consideração os pilares **eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção**.

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros, como o Radar Político.

Equipe técnica:

-  Juan Carlos
-  Danylo Shimano
-  Luan Sperandio
-  Daniel Galvêas
-  Gabriel Jubran
-  Victor Ribeiro

Projeto Gráfico:

-  Tamyres Meyer

Diagramação:

-  Giancarlo Mendes

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.



FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
BTG Pactual - Agência 0050 c/c 00489493-6
ranking.org.br/apoie

www.ranking.org.br



contato@ranking.org.br

Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
1º andar, Sala 104, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Mantenedores:

